

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ORDINÁRIO

(Lei 14.133/2021)

Processo CPA nº 2025/167444

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de mão de obra, com dedicação exclusiva, destinados à confecção, reforma, manutenção, restauração e instalação de mobiliários em geral, inclusive os existentes nos Salões do Júri, e readequações/reocupação de Prédios das Comarcas do Interior do Estado, com execução itinerante dos serviços, compreendendo o deslocamento das equipes e a necessidade de diárias custeados pelo Contratante.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

2.1. Atualmente para a prestação dos serviços objeto deste estudo técnico preliminar, estão em vigência por meio dos Contratos nº 000.305/2023CT – Processo 2023/83270, com término da vigência em 12 de maio de 2026, feita pela Empresa POSTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.

2.2. Esta contratação visa a continuidade dos serviços prestados pelo contrato vigente com abrangência dos serviços incorporados a SAAB 2.3 - COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, OFICINAS E MÃO DE OBRA BRAÇAL, que não constava no contrato nº 000.305/2023/CT.

2.3. A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em seu Plano Estratégico de 2021/2026 iniciou um Projeto de Reocupação e realocação de prédios e setores, de forma que houve um aumento considerável nos serviços de Marcenaria, Serralheria e Tapeçaria, tendo em vista que demandaram serviços de retirada e instalação de divisórias em novos setores recém-criados, tais como: Varas das Garantias; Varas da Violência Doméstica; UPJs Cível, Família e Criminal; Salas de depoimentos especiais; Consultórios médicos a serem instalados nas sedes de RAJs; Reocupações nos prédios Centrais pelos CEJUSC, Serviço Social e Serviços Anexos da Fazenda, com posterior devolução dos prédios locados por esses setores.

2.4. O atual quadro de funcionários das Oficinas, composto por servidores do TJSP e por mão de obra terceirizada, é responsável pelo atendimento das

demandas da 1ª RAJ, além dos serviços dos Salões do Júri sob abrangência de todo o Estado, e das demandas advindas do Plano Estratégico da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado 2021/2026 instituiu o Projeto de Reocupação e Realocação de prédios e setores. Entretanto, esse quadro revela-se manifestamente insuficiente diante do volume crescente de solicitações. Portanto, é imprescindível o aumento da mão de obra terceirizada para a nova contratação.

2.5. Pretende-se, com a presente contratação, assegurar a continuidade dos serviços já executados pelas Oficinas do Tribunal de Justiça, bem como ampliar seu escopo para contemplar as demandas oriundas do Projeto de Reocupação e Realocação de prédios e setores, inseridos no Plano Estratégico 2021/2026 da Presidência do TJSP. Ressalte-se que a contratação não se restringe apenas a esses serviços, podendo ser incorporadas, após vistoria técnica, outras necessidades que se mostrem pertinentes para garantir a adequada conservação, adaptação e funcionalidade dos espaços e mobiliários.

2.6. Destaca-se, de forma especial, a execução de serviços de confecção, restauração e reforma dos mobiliários em estilo dos Salões do Júri, ambientes de notória relevância simbólica, histórica e institucional para o Tribunal de Justiça. Tais mobiliários integram o acervo de valor inestimável, cuja preservação demanda intervenções periódicas realizadas por profissionais qualificados de nível técnico, com conhecimento especializado em técnicas de marcenaria, lustração, tapeçaria. A atuação dessa mão de obra especializada é essencial para garantir a conservação, a funcionalidade e a adequação estética das peças, assegurando que continuem a representar com dignidade a tradição e a imagem institucional do Tribunal.

2.7. A necessidade de contratação de empresa especializada decorre do fato de que não há mais concursos públicos para os cargos correlatos às funções pretendidas, uma vez que tais cargos foram extintos por vacância, dessa forma, a única alternativa para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelas Oficinas consiste na terceirização de mão de obra qualificada, sem vínculo empregatício com o contratante, garantindo a disponibilidade de profissionais tecnicamente habilitados para atender às demandas institucionais.

2.8. Da terceirização

2.8.1. A terceirização apresenta-se como medida administrativa necessária e plenamente compatível, assegurando ao Contratante a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais prestados pelas Oficinas.

2.8.2. A presente contratação não apenas atende à necessidade concreta e imediata de continuidade dos serviços prestados pelas Oficinas do Tribunal de Justiça, como também se mostra indispensável para dar suporte às novas demandas oriundas do Plano Estratégico 2021/2026, especialmente em razão das reocupações e realocações de setores, da criação de novos setores nas Comarcas do interior, assim como a ampliação dos Serviços de tapeçaria e Serralheria para atendimentos específicos no Interior do Estado e da manutenção de ambientes de elevado valor institucional, como os Salões do Júri.

2.8.3. A impossibilidade de prorrogação do contrato nº 000.305/2023/CT, aliada à insuficiência do quadro de servidores devido à extinção legal dos cargos correlatos, impõe à Administração a adoção da terceirização como única medida viável para garantir a continuidade, a regularidade e a qualidade dos serviços.

2.9. Contribuição de cada categoria profissional

2.9.1. Supervisor:

Responsável pela coordenação administrativa e estratégica da equipe, atuando no planejamento das demandas, na definição de prioridades, na distribuição macro das ordens de serviço, o cumprimento dos prazos e a qualidade técnica dos serviços e na interlocução com os fiscais e gestores do contrato. O Supervisor de Equipes deve manter visão global das atividades, elaborar relatórios periódicos de desempenho, propor melhorias e garantir a adequação das rotinas de trabalho às normas administrativas e contratuais, assegurando a aplicação dos princípios da eficiência, legalidade e economicidade, bem como a observância das normas de saúde e segurança do trabalho.

2.9.2. Encarregado:

Exerce função de gestão operacional direta, acompanhando o dia a dia dos serviços em campo, distribuindo tarefas às equipes, fiscalizando a execução e garantindo a qualidade dos trabalhos. Atua como elo imediato entre os trabalhadores terceirizados e o Supervisor de Equipes, assegurando que as ordens de serviço sejam cumpridas dentro dos prazos e padrões de qualidade exigidos pelo Tribunal. Sua atuação fortalece os princípios da boa administração e da continuidade do serviço público.

2.9.3. Marceneiros:

Atuam na confecção e restauração de mobiliários em madeira, inclusive em peças de estilo dos Salões do Júri, garantindo a durabilidade dos bens.

Contribuem para a eficiência ao manter ambientes adequados ao atendimento jurisdicional e administrativo.

2.9.4. Lustradores:

Responsáveis pelo acabamento e preservação estética do mobiliário, cumprem papel ligado ao princípio da moralidade e zelo pelo patrimônio público, assegurando que móveis de valor cultural mantenham sua integridade visual.

2.9.5. Serralheiros:

Executam reparos estruturais em esquadrias, grades e mobiliários metálicos, promovendo segurança e funcionalidade. Atuam em conformidade com o princípio da continuidade do serviço público, evitando interrupções.

2.9.6. Tapeceiros:

Realizam manutenção e renovação de estofados, cadeiras e poltronas, inclusive nas áreas de plenário dos Júris, garantindo conforto e ergonomia. Contribuem com a economicidade, pois a recuperação é mais vantajosa que a substituição.

2.9.7. Costureiros(as):

Confeccionam e ajustam cortinas, capas e itens têxteis de apoio, incluindo cortinados, e elementos dos Salões do Júri, contribuindo para a ambientação institucional. Sua atuação se vincula ao princípio da razoabilidade, com soluções práticas e sob medida.

2.9.8. Pintores a revólver:

Executam pintura especializada em partes metálicas de mobiliários e estruturas metálicas em geral, assegurando proteção e durabilidade. Atuam sob os princípios da eficiência e precaução, prolongando a vida útil dos bens.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A previsão para o ano de 2026 foi registrada sob o nº 665/2026.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

A aquisição pretendida está alinhada com os seguintes Objetivos

do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 2021-2026:

“Objetivo 3: Aumentar a satisfação pessoal e profissional dos agentes públicos no ambiente de trabalho.

Objetivo 9: Adequar infraestrutura física e otimizar o uso dos prédios e espaços.

Objetivo 19: Promover a sustentabilidade.”

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

O TJSP não disponibilizou catálogo eletrônico de padronização no Portal da Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 6.1. A contratação compreende a disponibilização de profissionais qualificados para a execução de serviços de confecção, manutenção, restauração, reforma, adaptação e instalação de mobiliários e acessórios em madeira, metal, tecidos e demais insumos correlatos, nos prédios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com destaque para os serviços destinados à preservação dos Salões do Júri.
- 6.2. Os serviços relacionados em contrato deverão ser executados pela empresa contratada, não se tornando, entretanto, fator impeditivo ou restritivo para a execução de verificações, inspeções, reparos, adaptações necessárias para a finalização das demandas garantindo a adequada conservação, funcionalidade e estética do patrimônio mobiliário da Instituição.
- 6.3. A contratação deverá contemplar a disponibilização de 69 (sessenta e nove) profissionais especializados, devidamente qualificados nas áreas de Marcenaria, Lustração, Serralheria, Tapeçaria, Costura e Pintura a revólver, sendo 01 (um) Supervisor de serviços e 01 (um) Encarregado responsáveis pela supervisão e execução direta das atividades, sendo que os atendimentos deverão ser feitos com veículo da própria CONTRATADA. Eventuais sinistros com o veículo da contratada, com seus empregados transportados, km rodado à execução dos trabalhos, não poderão ser carregados quaisquer ônus financeiro e de responsabilidade civil ao contratante.
- 6.4. Os profissionais designados deverão possuir experiência comprovada em cursos de especialização nas funções desempenhadas, compatíveis com a

natureza dos serviços de restauração e manutenção de mobiliário em estilo, assegurando a preservação de suas características históricas, estéticas e estruturais.

- 6.5.** Tais medidas justificam-se, tendo em vista que a contratação em questão exige **especialização técnica**, dado que a execução dos serviços demanda profissionais experientes, capazes de lidar com **técnicas artesanais complexas de marcenaria, lustração, tapeçaria, serralheria, costura e pintura a revólver**, imprescindíveis para a **preservação de mobiliários de alto valor histórico e institucional**. Ademais, a fixação de remuneração compatível contribui para
- 6.6.** A empresa contratada deverá garantir o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPIs), uniformes e materiais indispensáveis à execução dos serviços, em conformidade com as normas de segurança do trabalho e saúde ocupacional vigentes.
- 6.7.** A execução dos serviços deverá observar o princípio da padronização (art. 47, I, Lei 14.133/21), assegurando:
- 6.7.1. Compatibilidade estética**, de modo a preservar o estilo clássico e ornamentações dos mobiliários que compõem um conjunto patrimonial de **elevado valor simbólico e institucional**. Toda e qualquer intervenção — seja de confecção, restauração ou instalação — deve manter absoluta conformidade com os padrões estéticos e construtivos já estabelecidos, assegurando a preservação da coerência visual e da integridade histórica dos espaços.
- 6.7.2. Compatibilidade técnica.** É necessário que os serviços contratados atendam ao requisito de **compatibilidade técnica**, o que implica na utilização de **métodos de trabalho específicos adequados às técnicas de restauração de mobiliário em estilo**. Assim, toda execução deve observar as boas práticas de marcenaria, lustração, tapeçaria, serralheria e pintura, respeitando padrões consagrados e normativos aplicáveis, de modo a preservar a autenticidade das peças e garantir a exequibilidade técnica das soluções.
- 6.7.3. Compatibilidade de desempenho.** Além da compatibilidade estética e técnica, impõe-se a exigência de **compatibilidade de desempenho**, voltada a garantir a **qualidade, durabilidade e segurança** dos serviços executados. Essa compatibilidade deve assegurar que os mobiliários e ambientes restaurados ou confeccionados mantenham condições adequadas de uso, resistência estrutural e acabamento de excelência,

prevenindo falhas prematuras, desgastes ou riscos aos usuários. O desempenho deve ser aferido não apenas pelo resultado imediato da intervenção, mas também pela sua capacidade de atender, ao longo do tempo, às necessidades institucionais, com o mínimo de manutenção corretiva. Dessa forma, reforça-se o princípio da **economicidade qualificada**, ao se privilegiar soluções que prolonguem o ciclo de vida dos bens, garantam a funcionalidade dos espaços e resguardecam a segurança de magistrados, servidores e jurisdicionados.

6.8. Diante do exposto, trata-se, de contratação que busca **equilibrar qualidade, continuidade e racionalidade administrativa**, garantindo que a mão de obra especializada seja capaz de atender, com excelência, às demandas do Tribunal, preservar a integridade do acervo mobiliário e fortalecer a boa governança institucional.

6.9. Condições Indispensáveis para transporte e logística das equipes da contratada

6.9.1. O veículo deve abrigar condições que garantam o bem-estar, dignidade, segurança e conforto de seus colaboradores, prevendo para tanto:

6.9.2. Capacidade e conforto: Espaço interno adequado, respeitando as normas de trânsito e legislação trabalhista vigente;

6.9.2.1. Segurança: Todos os ocupantes devem estar devidamente protegidos por cintos de segurança individuais, com o veículo em conformidade com os requisitos legais para transporte rodoviário de passageiros;

6.9.2.2. O veículo deverá dispor de compartimento específico e adequado (porta-malas ou baú) para o acondicionamento seguro das ferramentas, equipamentos e materiais utilizados na prestação dos serviços. É **expressamente vedado** o transporte de ferramentas junto aos passageiros, inclusive sobre o colo dos profissionais, durante todo o percurso.

6.9.2.3. Tal exigência visa garantir a integridade física dos ocupantes, a segurança da operação e o cumprimento das normas de saúde e segurança no trabalho, especialmente em deslocamentos rodoviários de longa distância.

6.9.3. Custos de transporte

6.9.3.1. Considerando a natureza dos serviços contratados e a

necessidade de deslocamento das equipes técnicas da contratada para atendimento nas diversas comarcas do interior do Estado, estabelece-se que os **custos relacionados ao transporte** — incluindo veículo, condutor, combustível, manutenção, seguro e demais encargos — **são de responsabilidade da contratada**, conforme previsto nas condições contratuais e nos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

6.9.4. Condutor do veículo de transporte de profissionais

6.9.4.1. O condutor no veículo não fará parte do contrato, ficando o custo deste sob total responsabilidade da contratada como parte do custo de transporte já previsto na contratação.

6.9.4.2. Da mesma forma, os profissionais responsáveis pela execução dos serviços contratados **não poderão, em hipótese alguma**, exercer a condução de veículo.

6.10. Distribuição Geográfica dos Serviços

6.10.1. Serviços Realizados Exclusivamente na Capital (Sede das Oficinas)

6.10.2. Os seguintes serviços serão executados exclusivamente nas oficinas localizadas na capital, em razão da infraestrutura especializada, equipamentos fixos e logística centralizada:

6.10.2.1. Serralheria: fabricação, ajustes e reparos estruturais em peças metálicas, realizados em ambiente controlado e com ferramental específico.

6.10.2.1.1. Compreende-se dentro da serralheira a pintura a revólver, responsável pelo acabamento de chapas de ferro em área apropriada na oficina para devida aplicação.

6.10.2.2. Tapeçaria: recuperação e confecção de estofados, revestimentos e acabamentos em mobiliário, com uso de materiais e técnicas que exigem oficina equipada.

6.10.2.3. Costura: Depreende-se no Serviço de Costura o escopo para confecção de cortinas, uniformes, filtro de café de tecido, bem como auxiliar a confecção das cadeiras, através da feitura do corte moldado para posterior fixação em cadeiras corporativas pela tapeçaria.

6.10.2.4. Cadeiras/Poltronas Giratórias/Fixas: Realização de serviços de manutenção e reparo das cadeiras pertencentes ao mobiliário corporativo advindas de todas as Comarcas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, observando-se o cronograma de envio a ser elaborado pela SAAB 2, definido conforme a necessidade e a capacidade de atendimento.

6.10.2.5. Tendo em vista que as cadeiras demandam serviços especializados de **serralheria, tapeçaria e costura**, informamos que todas as intervenções serão executadas nas oficinas localizadas na Capital, garantindo a adequada infraestrutura, os insumos necessários e a qualidade técnica exigida para a plena recuperação do mobiliário.

6.10.2.6. Marcenaria: As atividades de marcenaria serão centralizadas na oficina localizada na capital, onde se encontra a infraestrutura adequada para execução de serviços especializados. Nesse espaço, serão confeccionados e restaurados os móveis de estilo e as plenárias de Júri, respeitando os padrões históricos e funcionais exigidos pelo Tribunal de Justiça.

6.10.2.6.1 Inclui-se dentro da marcenaria o **Setor de Lustração**, pois através deste finalizam-se as peças em câmara apropriada e aplicação de produto, mantendo-se o aspecto consoante às demais peças.

6.10.2.7. Portanto, embora a instalação e manutenção das plenárias de Júri ocorram em unidades judiciais distribuídas por todo o Estado de São Paulo, a confecção e os reparos especializados serão realizados exclusivamente na oficina da capital, garantindo qualidade, segurança e padronização dos serviços.

6.10.3. Serviços Realizados nas Comarcas do Estado de São Paulo

6.10.3.1. Os serviços abaixo serão executados na sede das Comarcas do Estado de São Paulo, conforme demanda da Administração:

6.10.3.1.1. Instalação e manutenção de plenárias de Júri: instalação de Plenárias do Júri, assim como a execução de pequenos reparos em mobiliários padrão histórico e funcional, diretamente nos Prédios das Comarcas.

6.10.3.1.1.1. Conforme mencionado no item anterior, a confecção e os reparos complexos desses móveis serão realizados exclusivamente na oficina de marcenaria localizada na capital, quando constatada, por meio de vistoria técnica, a impossibilidade de execução in loco.

6.10.3.1.2. Pequenos reparos de serralheria: intervenções pontuais, tais como: em portões (exceto automação) e montagem de caixilhos para instalação de aparelhos de ar-condicionado.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

7.1. No 1º dia útil de cada mês, a CONTRATADA encaminhará a documentação referente **medição** dos serviços prestados no mês anterior, mediante

frequência assinalada em cartão de ponto ou digital, ao/a Fiscal do contrato, por e-mail. Em sendo aprovada, a empresa terá até 02 (dois) dias úteis para emissão e envio da nota fiscal/fatura ao fiscal, que será atestada e encaminhada à SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças.

7.2. O recebimento provisório dos serviços se dará imediatamente, após verificação da documentação apresentada e em conformidade com os itens especificados no termo de referência.

7.3. O recebimento definitivo se dá após o ateste, a nota fiscal é liquidada e encaminhada para pagamento.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)

8.1. O serviço terá início da execução em até 10(dez) dias úteis após a assinatura do ofício de ordem de início dos serviços pela CONTRATADA, com a disponibilização da mão de obra terceirizada nos locais e quantidades discriminados no Termo de Referência;

8.2. O pagamento será mensal, realizado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir do ateste da Nota Fiscal/Fatura, independente da data de vencimento indicada pela CONTRATADA.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

Não Aplicável.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, logo, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento menor preço e o modo de disputa aberto.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14. 133/21)

11.1. O Contrato nº 000.305/2023/CT, que antecede a presente contratação, foi originalmente estruturado para atender às demandas específicas relacionadas à confecção, restauração e manutenção dos

mobiliários dos Salões do Júri, tendo como premissa operacional a centralização das atividades nas Oficinas. À época de sua formalização, competia à SAAB 2.3 a retirada dos bens nas unidades jurisdicionais, a execução das reformas nas respectivas Seções e a posterior reinstalação dos mobiliários nos prédios de origem, razão pela qual os deslocamentos das equipes e o pagamento de diárias foram dimensionados de forma compatível com esse fluxo operacional então vigente e com a natureza predominantemente pontual dos atendimentos no Interior do Estado.

11.2. No decorrer da execução contratual, verificou-se a ampliação superveniente do escopo de utilização do referido contrato, que passou a abranger, de forma contínua, o atendimento às demandas decorrentes da política institucional de reocupação e readequação dos fóruns do Interior do Estado, especialmente no que se refere à instalação, desmontagem, reaproveitamento e realocação de divisórias navais, bem como às reconfigurações de layout dos espaços físicos. Tal ampliação ocorreu em atendimento às diretrizes estratégicas estabelecidas pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consubstanciadas no Plano Estratégico 2021/2026, o qual prevê a continuidade dessas ações ao longo dos próximos exercícios.

11.3. Essa nova realidade operacional implicou aumento expressivo do volume e da complexidade das ordens de serviço, bem como maior necessidade de mobilização das equipes, com deslocamentos frequentes e permanência prolongada no Interior do Estado, o que evidenciou a insuficiência dos quantitativos originalmente previstos para diárias e quilometragem. Diante desse cenário, tornou-se imprescindível a formalização de aditamento contratual contemplando a ampliação dessas quantidades, de modo a adequar o contrato à demanda efetivamente verificada e assegurar a regularidade da prestação dos serviços.

11.4. Ressalte-se, por fim, que as reocupações e readequações implementadas até o momento, e que continuarão a ser executadas nos próximos anos conforme o Plano Estratégico da Presidência 2021/2026, trouxeram benefícios concretos e mensuráveis ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. As equipes da SAAB 2.3, por meio de planejamento operacional eficiente e atuação integrada, promoveram reconfigurações significativas dos espaços físicos, viabilizando a devolução de diversos imóveis anteriormente ocupados, o que resultou em economia expressiva para o Tribunal, com redução substancial de despesas relacionadas a locações, manutenção predial, encargos operacionais e custos acessórios. Nesse contexto, a nova contratação mostra-se essencial para assegurar a continuidade dessas ações estratégicas e o pleno atendimento das demandas

institucionais, preservando a eficiência operacional e a economicidade da Administração.

- 11.5.** Diante do exposto, apresentam-se, a seguir, os quantitativos de postos estimados para a presente contratação:

Item	CBO	Código ALX	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento
01.	771105	55.0937	Marceneiro – 44h semanais	20 postos
02.	765235	55.0938	Tapeceiro – 44h semanais	20 postos
03.	775115	55.0939	Lustrador – 44h semanais	5 postos
04.	724440	55.0940	Serralheiro – 44h semanais	15 postos
05.	763215	55.0941	Costureira – 44h semanais	4 postos
06.	723220	55.0942	Pintor à revólver – 44h semanais	3 postos
07.	950110	55.0730	Supervisor – 44h semanais	1 posto
08.	342315	55.0943	Encarregado – 44h semanais	1 posto
09.	-	55.0947	Diária com pernoite (Interior)	120 diárias
10.	-	55.0948	Deslocamento (Interior) - km	8755 Km

- 11.6.** A definição desses quantitativos levou em consideração:

- 11.6.1.** O aumento expressivo das demandas de confecção, restauração e reforma de mobiliário;
 - 11.6.2.** A necessidade de equipes suficientes para atender simultaneamente múltiplas unidades e Comarcas;
 - 11.6.3.** As exigências técnicas dos serviços de conservação de mobiliário histórico;
 - 11.6.4.** A reocupação e readequação de espaços previstas no Plano Estratégico; a necessidade de deslocamentos constantes para atendimento de ordens de serviço no interior;
 - 11.6.5.** O elevado volume de instalações, desmontagens e reaproveitamento de divisórias navais;
 - 11.6.6.** O cumprimento dos prazos essenciais para evitar interrupção dos serviços públicos e deterioração do patrimônio institucional.
- 11.7.** Assim, os quantitativos estimados representam o mínimo necessário para garantir a adequada prestação dos serviços, a eficiência operacional das Oficinas e a continuidade das atividades essenciais do Tribunal de Justiça.
- 11.8.** A quantidade de 120 diárias mensais teve como base a necessidade de deslocamento para as comarcas do interior, conforme o acréscimo dos serviços relacionados a reocupação de prédios.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

12.1. Análise de alternativas e justificativa da solução escolhida

Para atendimento da necessidade institucional relacionada à execução de serviços especializados nas Oficinas de marcenaria, tapeçaria, serralheria, costura, lustração e pintura a revólver, foram analisadas as principais alternativas possíveis de contratação, sob os aspectos técnico, operacional e econômico, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Execução direta pela Administração (mão de obra própria)

Uma das alternativas consideradas foi a execução dos serviços por servidores do quadro próprio do Tribunal de Justiça. O quadro atual de servidores é insuficiente para atender à crescente demanda, sobretudo em razão da redução do efetivo próprio por aposentadorias, falecimentos e relotações, e a inexistência de cargos específicos suficientes para atendimento da demanda.

12.2.1. Assim sendo, essa alternativa mostra-se inviável sob o ponto de vista **técnico e administrativo**, considerando:

12.2.1.1. Redução progressiva do quadro funcional decorrente de aposentadorias e relotações;

12.2.1.2. Inexistência de cargos específicos suficientes para atendimento da demanda;

12.2.1.3. Necessidade de reposição contínua de mão de obra especializada;

12.2.1.4. Aumento de encargos permanentes com pessoal.

12.2.2. Sob o **aspecto econômico**, a ampliação do quadro próprio implicaria:

12.2.2.1. Elevação das despesas de caráter continuado;

12.2.2.2. Impacto nos limites de gasto com pessoal;

12.2.2.3. Perda de flexibilidade na gestão da força de trabalho.

12.2.3. Dessa forma, a execução direta pela Administração não se mostra solução adequada para atendimento da demanda.

12.3. Contratação por demanda (hora técnica ou diária)

12.3.1. Também foi considerada a contratação de serviços especializados por hora técnica, diária ou demanda eventual, modelo normalmente utilizado para serviços pontuais. Todavia, essa alternativa apresenta limitações relevantes:

12.3.1.1. ausência de equipes permanentes disponíveis;

12.3.1.2. maior tempo de resposta às solicitações;

12.3.1.3. dificuldade de padronização dos serviços;

12.3.1.4. necessidade de contratações recorrentes;

12.3.1.5. aumento do custo unitário quando projetado mensalmente.

12.3.2. Além disso, a contratação por demanda não se mostra adequada para atividades contínuas e previsíveis, como as desenvolvidas pelas Oficinas do Tribunal, que exigem disponibilidade permanente de profissionais especializados.

12.3.3. Sob o aspecto econômico, a experiência administrativa demonstra que a contratação por hora ou diária tende a gerar custos superiores quando comparada ao modelo de postos fixos, especialmente em demandas regulares e contínuas.

12.4. Contratação terceirizada de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra

12.4.1. A alternativa mais adequada identificada foi a **contratação terceirizada de serviços continuados**, com disponibilização de profissionais especializados para atuação nas Oficinas do Tribunal.

12.4.1.1. Essa solução apresenta vantagens técnicas relevantes:

12.4.1.2. Continuidade e regularidade na prestação dos serviços;

12.4.1.3. Padronização dos procedimentos de execução;

12.4.1.4. Disponibilidade permanente de equipes especializadas;

12.4.1.5. Maior controle e planejamento das atividades;

12.4.1.6. Possibilidade de substituição imediata de trabalhadores;

12.4.1.7. Flexibilidade na gestão operacional.

12.4.2. Sob o **aspecto econômico**, a terceirização proporciona:

12.4.2.1. Previsibilidade orçamentária;

12.4.2.2. Redução de custos indiretos e administrativos;

12.4.2.3. Eliminação de despesas permanentes com pessoal;

12.4.2.4. Mitigação de riscos de descontinuidade dos serviços;

12.4.2.5. Melhor relação custo-benefício em demandas contínuas.

12.4.3. Além disso, trata-se de **modelo amplamente utilizado pela Administração Pública**, inclusive no Poder Judiciário, para execução de atividades-meio, em conformidade com a legislação vigente.

12.4.4. Em pesquisa realizada em contratos de outros órgãos, observa-se que existem órgãos que realizam a contratação exatamente como este E. Tribunal de Justiça. Da análise feita, observa-se que existem variados concorrentes do ramo e que eles são capazes de fornecer os serviços pretendidos.

Objeto	Órgão	Valor (R\$)	Fornecedor	Contrato / Data
Serviços continuados de marcenaria (dedicação exclusiva de mão de obra)	Superior Tribunal de Justiça (STJ)	1.523.092,20	RCS TECNOLOGIA LTDA (08.220.952/0001-22)	Contrato 067/2021 (vigência informada até 31/01/2025, prorrogável)
Registro de Preços – serviços de serralheria (2000 horas)	Autarquia SAEMBA (Bariri/SP)	234.000,00	Dagmar Bernardino Moizes Metalúrgica MM-ME	Contrato 43/2025 – vigência a partir de 19/08/2025
Manutenção predial em edifícios hospitalares/ administrativos abrangendo marcenaria, serralheria, tapeçaria, telhado, vidraçaria, telefonia interna e serviços conexos, com materiais	Município de São Paulo – SMS	processo em curso	–	2024–2025

12.4.5. A contratação proposta assegura, assim, a continuidade de serviços essenciais ao funcionamento dos prédios centrais, regionais, gabinetes e unidades administrativas da Capital, evitando impactos à atividade jurisdicional e administrativa, bem como contribuindo para a manutenção e preservação dos ambientes institucionais.

12.4.6. Justificativa econômica

12.4.6.1. O atual Contrato nº 305/2023 encontra-se em vigor até 12/05/2026, contudo a contratada encontra-se impedida de contratar com a Administração Pública, o que inviabiliza sua prorrogação. Faz-se, portanto, necessária a realização de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade dos serviços especializados prestados pelas Oficinas do Tribunal de Justiça, cuja demanda estimada contempla a disponibilização de **69 (sessenta e nove) colaboradores terceirizados**, indispensáveis ao atendimento das atividades institucionais.

12.4.6.2. A estimativa de custos para a presente contratação foi elaborada com base na composição detalhada da mão de obra especializada, contemplando as categorias de marcenaria, lustração, tapeçaria, serralheria, costura e pintura a revólver, além das funções de Supervisor de Equipes e Encarregado de Serviços, totalizando a previsão de 69 profissionais terceirizados, dimensionados de acordo com o levantamento técnico da demanda e com a necessidade de continuidade dos serviços prestados pelas Oficinas do Tribunal.

12.4.7. Justificativa Técnico-Administrativa para Ampliação do Escopo Contratual diante de Fatos Supervenientes e da Expansão Operacional do TJSP (2025–2027)

12.4.7.1. Considerando a intensificação das atividades operacionais decorrentes da execução do contrato nº 305/2023 com a contratação de **49 (quarenta e nove) colaboradores terceirizados**, e devido a reestruturação ocorrida em 25/08/2025, identificou-se a necessidade de ampliação do escopo contratual inicial para esta contratação de **69 (sessenta e nove) colaboradores terceirizados**, a fim de contemplar novos serviços e atender ao maior volume de deslocamentos e demandas técnicas não previstos originalmente.

12.4.7.2. Tal necessidade decorre de fatos supervenientes diretamente relacionados à implementação das diretrizes estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que terão continuidade no biênio 2026/2027, especialmente no que tange:

12.4.7.2.1. à instalação de novas Unidades de Processamento Judicial (UPJs), Gabinetes, Varas das Garantias e Salas de Depoimento Especial;

12.4.7.2.2. à readequação de prédios para acomodação de setores transferidos, com vistas à entrega de prédios anexos;

12.4.7.2.3. à implantação de consultórios médicos nas sedes das Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs).

12.4.7.3. Essas ações estão alinhadas ao Plano Estratégico do TJSP de 2021/2026, que prevê, entre outras metas, a desocupação e devolução de imóveis não pertencentes ao patrimônio do Tribunal, diante desse cenário, tornou-se imprescindível o deslocamento contínuo de equipes técnicas da SAAB 2.3 para diversas comarcas do interior, com o objetivo de viabilizar:

12.4.7.4. a entrega dos imóveis desocupados;

12.4.7.5. a adequação das novas unidades que passarão a abrigar os setores transferidos;

12.4.7.6. a manutenção e confecção de mobiliário especializado, especialmente nos Salões do Júri, cuja preservação histórica e funcional exige atuação técnica especializada.

12.4.8. Inclusão – Ampliação futura dos serviços de serralheria e tapeçaria

12.4.8.1. Ademais, com a nova contratação, será necessária a ampliação do escopo dos serviços prestados pelas seções de serralheria e tapeçaria, uma vez que determinadas atividades — até então executadas exclusivamente na Capital — passarão a ser incorporadas ao atendimento de todas as Comarcas do Estado.

12.4.8.2. Essas atividades incluem, entre outras, consertos de cadeiras e poltronas giratórias ou fixas, bem como pequenos reparos de serralheria, tais como intervenções pontuais em portões (exceto automação) e a montagem de caixilhos para instalação de aparelhos de ar-condicionado.

12.4.8.3. Essas demandas somente terão início com a nova contratação, uma vez que o contrato vigente não contempla mão de obra suficiente nem abrangência territorial para execução desses serviços fora da Capital. Assim, sua inclusão representa fato superveniente decorrente da nova realidade operacional do Tribunal.

12.4.8.4. Para viabilizar essa ampliação, os atendimentos deverão ocorrer com base em cronograma planejado pela SAAB 2.3, observando critérios de prioridade, logística e racionalização de recursos, de modo a garantir execução eficiente e padronizada em todo o território estadual.

12.4.9. Todas essas novas demandas resultaram no esgotamento dos limites inicialmente contratados para diárias e quilometragem, evidenciando a insuficiência do escopo atual para atender à nova realidade operacional.

12.4.10. Portanto, justifica-se a contratação com escopo ampliado, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, em conformidade com os princípios da economicidade, da continuidade do serviço público e do alinhamento estratégico institucional.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A estimativa do valor da contratação, baseada no último contrato, é de R\$ 21.163.191,00 (vinte e um milhões, cento e sessenta e três mil e cento e noventa e um reais), para o prazo de (60 (sessenta) meses).

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

14.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para disponibilização de mão de obra qualificada destinada à execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva, restauração, confecção, adaptação e pequenos reparos em mobiliários institucionais, incluindo peças de elevado valor histórico, como as utilizadas nos Salões do Júri, garantindo a preservação técnica, estética e funcional dos bens, abrangendo as áreas de marcenaria, tapeçaria, serralheria, lustração, costura e pintura a revólver, com atuação abrangente nas Oficinas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e em todas as Comarcas previstas no escopo.

- 14.2.** A empresa contratada deverá fornecer profissionais especializados. O trabalho será feito tanto na Capital quanto nas demais Comarcas do Estado, seguindo um cronograma organizado pelo Tribunal.
- 14.3.** Além do trabalho em si, é necessário garantir a manutenção contínua dos móveis e estruturas ao longo do tempo, o que envolve desde a manutenção corretiva — realizada quando algum item apresenta defeito ou quebra — até a manutenção preventiva, que consiste em cuidados antecipados para evitar problemas futuros, e também a manutenção evolutiva, que compreende melhorias e adaptações sempre que o Tribunal cria novas unidades ou reorganiza seus espaços.
- 14.4.** Para que a contratação funcione adequadamente no dia a dia, a administração do contrato exige um conjunto de ações permanentes, como receber e encaminhar as ordens de serviço, acompanhar o trabalho das equipes, verificar se os serviços foram executados de forma correta, conferir relatórios e registros fotográficos, organizar a documentação relacionada ao contrato, fiscalizar pagamentos, presença dos profissionais e obrigações trabalhistas, além de realizar reuniões periódicas com a empresa contratada para ajustar procedimentos e solucionar eventuais problemas.
- 14.5.** A empresa contratada deverá disponibilizar profissionais especializados, cuja base operacional de serviços será nas Oficinas da Capital, local onde serão realizados os serviços de conserto, restauração, confecção, ajustes e preparação de peças. Além disso, as equipes deverão executar, nas Comarcas do Estado de São Paulo, atividades como retirada e instalação de mobiliários dos Salões do Júri, pequenos reparos, montagem, instalação e adequações de espaços, dentre outros serviços correlatos. Esses atendimentos ocorrerão conforme cronograma organizado pelo Tribunal, não se limitando às atividades aqui exemplificadas, de modo a atender integralmente às necessidades das unidades judiciais e administrativas.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Pela análise de estudo da elaboração, verificamos que a natureza da prestação do serviço ou proposta não tem a possibilidade de parcelamento, visto que a execução dos serviços está fortemente relacionada, devendo ser prestada somente por uma contratada. Além disso, a contratação de uma única empresa é mais econômica, por ser em maior escala, bem como a Gestão e a Fiscalização mais eficaz.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

- 16.1.** A contratação pretende alcançar resultados expressivos em termos de economicidade, eficiência operacional e aproveitamento racional dos recursos humanos, materiais e financeiros do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com a disponibilização de mão de obra especializada em marcenaria, tapeçaria, serralheria, lustração, costura e pintura a revólver, espera-se assegurar a continuidade dos serviços de manutenção, restauração e confecção de mobiliário, preservando o patrimônio institucional — incluindo o valioso acervo histórico dos Salões do Júri — de forma tecnicamente adequada e financeiramente vantajosa.
- 16.2.** Em relação à economicidade, a contratação possibilitará significativa redução de despesas com a aquisição de mobiliário novo, uma vez que a restauração, recuperação e adaptação de peças existentes são alternativas mais econômicas e sustentáveis. O reaproveitamento de materiais, em especial madeiras nobres, ferragens, estruturas metálicas e o reaproveitamento de divisórias provenientes de readequações e devoluções de prédios, ação que tem impacto positivo no Plano Estratégico de Reocupação e Readequação de Espaços do TJSP. Essa prática permite que materiais já existentes sejam realocados, adaptados e reutilizados em novos ambientes — como UPJs, Varas das Garantias, salas de depoimento especial, gabinetes e setores administrativos — auxiliando a reduzir os custos com aquisição de novos materiais, trata-se de uma solução inteligente e sustentável, que diminui retrabalhos, evita desperdícios, reduz o descarte, prolonga a vida útil dos bens e reforça o compromisso institucional com práticas ambientalmente responsáveis.
- 16.3.** No aspecto operacional, a contratação amplia a capacidade de resposta das Oficinas, garantindo melhor aproveitamento da força de trabalho, distribuição planejada das equipes e maior agilidade no atendimento das demandas da Capital e das demais Comarcas do Estado. A presença de profissionais qualificados reduz retrabalhos, melhora a padronização dos serviços e assegura a uniformidade estética e funcional dos ambientes.
- 16.4.** Do ponto de vista financeiro e administrativo, a centralização dos serviços em um único contrato facilita o controle, a fiscalização, o planejamento e a previsibilidade das despesas, tornando as ações mais eficientes, transparentes e alinhadas aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Dessa forma, a contratação busca justamente alcançar esses resultados, configurando-se como a solução mais eficiente, econômica e sustentável para atender às necessidades do Tribunal. A medida está plenamente alinhada aos princípios da boa administração pública e às metas estratégicas do TJSP, garantindo qualidade, continuidade e racionalidade no uso dos recursos institucionais.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

17.1. Para viabilizar a execução adequada dos serviços e garantir que os resultados pretendidos com a contratação sejam plenamente alcançados, verifica-se que o Tribunal já dispõe de infraestrutura física e operacional necessária para o funcionamento das Oficinas. As instalações da Capital contam com ambientes apropriados, espaços de trabalho organizados, máquinas e ferramentas em pleno funcionamento, bem como áreas destinadas ao recebimento, armazenamento, desmontagem, recuperação e preparação de mobiliários e materiais.

17.2. O local também apresenta condições adequadas para o desempenho das atividades pelos profissionais, incluindo instalações elétricas compatíveis, ventilação, segurança, área para manuseio de peças, bancadas de trabalho, além do espaço necessário para execução de serviços de marcenaria, tapeçaria, serralheria, lustração, costura e pintura a revólver.

17.3. Diante disso, conclui-se que não há necessidade de adoção de medidas adicionais prévias, uma vez que o Tribunal já possui condições estruturais e operacionais plenamente adequadas para receber e acompanhar a execução dos serviços objeto da contratação.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

18.1. Após análise das demandas relacionadas ao objeto desta contratação, verifica-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar a execução contratual, a continuidade dos serviços ou a homologação do certame.

18.2. A presente contratação possui escopo próprio, independente e autônomo, não estando vinculada a outros contratos cuja existência ou vigência interfira em sua execução. Assim, não há condicionantes externas, coexistência de objetos semelhantes ou dependência de outros ajustes que

possam comprometer o resultado esperado.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

19.1. A contratação dos serviços de marcenaria, tapeçaria, serralheria, lustração, costura e pintura a revólver tem potencial para gerar impactos ambientais positivos, especialmente em razão do foco na restauração, reaproveitamento e prolongamento da vida útil dos mobiliários institucionais. Ao priorizar a recuperação de bens existentes, o Tribunal reduz significativamente o descarte de resíduos e a necessidade de aquisição de novos itens, promovendo consumo responsável e alinhamento às políticas de sustentabilidade da Administração Pública.

19.2. Entre os principais impactos ambientais positivos, destacam-se:

19.2.1. redução expressiva de resíduos sólidos, por meio do reaproveitamento de madeira, ferragens, espumas, tecidos e estruturas metálicas;

19.2.2. recuperação e reutilização de divisórias, sobretudo aquelas provenientes de readequações de espaços, o que diminui a demanda por matéria-prima nova;

19.2.3. prolongamento do ciclo de vida dos móveis utilizados nas unidades administrativas e nos Salões do Júri;

19.2.4. diminuição da pegada ambiental, evitando o descarte inadequado de materiais e reduzindo o consumo de recursos naturais, especialmente madeiras nobres.

19.3. Quanto às medidas mitigadoras, será exigido que a contratada implemente práticas de logística reversa e descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, conforme legislações ambientais vigentes e diretrizes do Plano de Logística Sustentável do TJSP, atendendo também às Resoluções CNJ nº 347/2020 e nº 400/2021, que tratam da sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Isso inclui:

19.3.1. segregação e destinação correta de resíduos de madeira, metal, tecidos e sobras de materiais;

19.3.2. encaminhamento de materiais recicláveis a cooperativas ou empresas licenciadas;

19.3.3. descarte de resíduos perigosos (ex.: tintas, solventes e produtos químicos) conforme normas ambientais;

19.3.4. reutilização de componentes sempre que possível.

19.4. No que se refere ao consumo de recursos, a contratação favorece práticas de baixo consumo energético e racionalização de insumos, uma vez que a restauração consome consideravelmente menos energia e recursos naturais do que a fabricação de mobiliário novo. Além disso, o uso de técnicas manuais tradicionais contribui para menor impacto ambiental quando comparado a processos industriais de larga escala.

19.5. Os critérios de sustentabilidade aplicáveis à contratação incluem:

19.5.1. priorização de materiais reutilizáveis ou recicláveis;

19.5.2. uso eficiente de insumos e redução do desperdício;

19.5.3. preferência por produtos de menor impacto ambiental;

19.5.4. adoção de métodos de trabalho que protejam a integridade cultural e histórica do mobiliário;

19.5.5. exigência de descarte responsável e logística reversa;

19.5.6. conformidade com o Plano de Logística Sustentável do TJSP e com as resoluções do CNJ.

19.6. A contratação também se alinha diretamente às metas do Plano de Logística Sustentável do TJSP, especialmente as relacionadas a:

19.6.1. gestão de resíduos sólidos;

19.6.2. consumo consciente de materiais;

19.6.3. redução da aquisição de novos bens;

19.6.4. sustentabilidade em obras e reformas;

19.6.5. valorização de bens patrimoniais e preservação histórica.

19.7. Diante disso, conclui-se que a presente contratação contribui diretamente para a sustentabilidade ambiental, reduz a geração de resíduos, diminui o impacto ecológico associado à aquisição de novos materiais e assegura práticas responsáveis de manutenção e descarte, atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021, no PLS-TJSP e nas resoluções do CNJ.

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

Não aplicável.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto ser de natureza comum, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, possibilitando assim a ampla participação de empresas, não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

22. CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

22.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Resolução CNJ nº 255/2018, fica registrado que a distribuição de vagas por sexo, raça e etnia será apresentada no Termo de Referência, o qual definirá de forma clara e objetiva as obrigações da contratada quanto ao cumprimento das proporções estabelecidas pelo último Censo do IBGE.

22.2. Ademais, a contratação observará os princípios da acessibilidade e inclusão, devendo a contratada assegurar condições adequadas de comunicação e atendimento a pessoas com deficiência, quando aplicável, inclusive mediante a disponibilização de recursos de acessibilidade comunicacional, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), nos termos da legislação vigente e das políticas institucionais de inclusão e diversidade no âmbito da Administração Pública.

23. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O conteúdo do Plano de Riscos encontra-se apartado através do Processo CPA nº 2025/167444.

24. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

24.1. Identificação dos servidores responsáveis pela execução do planejamento da contratação.

Unidade solicitante	SAAB 2.3 - Coordenadoria de Gestão de Contratos de Manutenção Predial, Oficinas e Mão De Obra Braçal
Secretaria/Diretoria responsável	SAAB 2 – Diretoria de Administração Predial
Gestor de Planejamento	Kelson Diniz do Nascimento – Mat.: 95.279
Equipe de planejamento da contratação	Kelson Diniz do Nascimento – Mat.: 95.279-F Mary Estela del Negri Rodrigues Passerini – Mat.:

	811.983
Equipe técnica	Sergio Aprelini – M.: 320.415 Marcos Tadeu Elias – Mat.: 110.921 Leônidas Sampaio Ferreira – Mat.: 320.193

24.2. Identificação dos servidores responsáveis pela gestão do contrato (art. 72 do Provimento CSM nº 2.724/2023).

Gestor do Contrato	Kelson Diniz do Nascimento – Mat.: 95.279
Suplente(s) do Gestor do Contrato	Mary Estela del Negri Rodrigues Passerini – Mat.: 811.983

25. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

25.1. Após a análise de todos os elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar — incluindo a necessidade institucional, os requisitos técnicos, a solução proposta, os impactos ambientais, os resultados pretendidos e a viabilidade operacional — conclui-se que a contratação de mão de obra especializada para as Oficinas de Marcenaria, Tapeçaria, Serralheria, Lustração, Costura e Pintura a Revólver é absolutamente necessária, adequada e tecnicamente fundamentada para atender às demandas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

25.2. O estudo demonstra que não há alternativa mais eficiente ou vantajosa que possa garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelas Oficinas, sobretudo no que se refere à confecção, reforma e manutenção do mobiliário em estilo, com destaque para o mobiliário dos Salões do Júri, que integra um dos acervos históricos mais relevantes do Tribunal. Esses bens possuem elevado valor simbólico, cultural e institucional, exigindo intervenções técnicas especializadas e executadas com precisão, sob risco de dano irreversível caso realizadas por mão de obra inadequada.

25.3. Diante da extinção dos cargos correlatos na estrutura do TJSP, a disponibilidade de profissionais experientes em técnicas de marcenaria, restauração, tapeçaria, serralheria, lustração e pintura especializada, podem assegurar pela terceirização, que se apresenta como a única alternativa viável para preservar o patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado, atender

às demandas da Administração e garantir a continuidade dos serviços essenciais.

25.4. A contratação também se revela altamente vantajosa ao promover economia de recursos, graças à recuperação e ao reaproveitamento de mobiliários existentes, ao uso inteligente de materiais (especialmente madeiras nobres recicláveis) e ao reaproveitamento de divisórias provenientes de readequações de espaços — medidas que contribuem diretamente para o Plano Estratégico de Reocupações e para o Plano de Logística Sustentável do TJSP.

25.5. Além disso, a equipe especializada permitirá maior agilidade e qualidade na execução das ordens de serviço em todas as Comarcas, assegurando padronização estética, técnica e de desempenho, bem como plena adequação dos ambientes administrativos e judiciais, inclusive daqueles que demandam elevados padrões de acabamento, como os Salões do Júri.

25.6. Diante desse conjunto de fatores, a contratação atende integralmente aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021. Assim, conclui-se que a contratação é não apenas adequada, mas indispensável, especialmente para garantir a preservação, a confecção e a manutenção qualificada do mobiliário em estilo e dos Salões do Júri, reafirmando seu papel estratégico para o pleno funcionamento e a memória institucional do Tribunal de Justiça.

São Paulo, data registrada em sistema.

Assinatura eletrônica da equipe de planejamento da contratação